



# CADERNO NOVA CARTOGRAFIA

Hidrelétricas, desmatamento  
e devastação em terras indígenas  
no sul do Amazonas e  
no estado de Rondônia

AGOSTO  
2014

PROJETO

**Mapeamento  
Social**

como Instrumento  
de Gestão Territorial  
contra o Desmatamento  
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS  
E COMUNIDADES TRADICIONAIS



7



## As tensões e o aumento dos conflitos sociais no Rio Madeira

“A expansão da fronteira já consolidada no Mato Grosso e Rondônia avança sobre o Sul do Amazonas, onde o reaquecimento do mercado de terras tem afetado diretamente os povos indígenas cujos territórios estão localizados nos municípios de Humaitá, Apuí, Manicoré e Lábrea. Desde o processo de abertura das rodovias federais na década de 1970, os povos indígenas do rio Madeira não eram tão drasticamente afetados como agora, com a retomada de novos projetos de construção de hidrelétricas e os interesses sobre as suas terras, ricas em minério, madeiras nobres e com potencial hídrico e agropecuário.

Destaca-se, nesse contexto, a emergência das organizações indígenas na região Sul do Amazonas (OPIAM, OPIPAM e OPITTAPP), em articulação com os movimentos indígenas de Rondônia e do Pará. As mobilizações étnicas consistem numa forma de enfrentar os desafios historicamente colocados, somados à conquista de espaços políticos na esfera pública. Essa nova configuração, caracterizada pela autonomia dos povos indígenas, que se opõe aos interesses de madeireiros e grileiros que atuam em toda a região, a partir do quilômetro 180 da BR-230, Transamazônica. O trágico episódio conhecido como “Guerra de Humaitá”, desencadeado no fim de 2013, como reação de “populares” contra o suposto envolvimento de indígenas Tenharim no assassinato de três pessoas, é revelador do clima de tensão e conflito instalado na região, que apresenta os mais elevados índices de desmatamento no Estado do Amazonas. Os indígenas estão sendo mantidos sob situação de “estado de sítio” em suas próprias terras.” Davi Avelino Leal – Historiador e professor do IFAM/AM.

“Hoje ainda batalhamos muito através do movimento indígena, no entanto não temos obtido muito sucesso devido o poder estar nas mãos dos ruralistas, e se vocês acompanham, hoje existe uma série de projetos de emendas constitucionais PECs no Congresso nacional para passar a responsabilidades da demarcação de terra indígenas do poder executivo para o poder legislativo, e lá sentimos essa dificuldade porque são contra os indígenas e não querem o meio ambiente e toda a floresta como os índios desejam. Eles querem é o desenvolvimento, no entanto um desenvolvimento sem controle, e por isso temos essa dificuldade hoje”. LIDERANÇA TENHARIM, HUMAITÁ-AM, 2014



**Acima povos de Rondônia na articulação com sul do Amazonas, 2013 e Indígenas Tenharim participando da reunião com a Comissão de Direitos Humanos, na aldeia Kampinho´hu na BR 230Transamazônica na Terra Indígena Tenharim, 2014**

## Condenação antecipada e restrição à liberdade dos povos indígenas

FOTO: LUCAS MACIEL E TANAN MACIEL



FOTO: LUCAS MACIEL E TANAN MACIEL



**Indígenas Tenharim participando da reunião com a Comissão de Direitos Humanos, na aldeia Kampinho'hu na BR 230 Transamazônica na Terra Indígena Tenharim, 2014 e indígenas Tenharim participando da reunião com a Comissão de Direitos Humanos, na aldeia Kampinho'hu na BR Transamazônica na Terra Indígena Tenharim, 2014**

Mais do que uma estratégia de renda, os Tenharim e Jiahui viam na cobrança do “pedágio” uma forma de compensação pelos danos causados pela rodovia Transamazônica, uma vez que o governo federal jamais promoveu qualquer espécie de reparação aos povos afetados pela rodovia e pelos grandes desmatamentos decorrentes.

Todavia, os conflitos envolvendo os povos indígenas do sul do Amazonas, notadamente os Tenharim, inicialmente motivados por um suposto fato criminoso, ganharam tônica com o movimento de “repúdio ao pedágio” articulado pelos empresários locais, que culminou com ataques violentos às aldeias Tenharim em fins de 2013.

Esse conflito, todavia, apesar do enfrentamento direto entre indígenas e os articuladores do “movimento antipedágio”, passou a envolver pessoas de toda a região.

Nesse contexto, os meios de comunicação assumiram papel determinante, uma vez que diversos veículos da imprensa passaram a noticiar os fatos associados aos conflitos diuturnamente, inclusive em jornais de grande circulação e programas televisivos de larga audiência.

Todavia, foram os meios de comunicação locais que tiveram maior contribuição nesse caso. Mídias consideradas referência na difusão de notícias e fatos do cotidiano da região, em especial na internet e nas redes sociais, passaram a promover abordagens negativas dos indígenas envolvidos. Com efeito, as repetidas notícias difamatórias acabaram por insti-

gar ainda mais a população contra os povos indígenas da região.

Da noite para o dia, estavam os índios do Madeira, de um modo geral, condenados pela “opinião pública”.

Tal foi a carga discriminatória das condutas dos meios de comunicação locais que chegaram a ser alvo de atuação do Ministério Público Federal, o qual expediu recomendação com o objetivo de retirar de acesso tais notícias negativas.

Além disso, tais notícias discriminatórias são objeto das ações civis públicas nº 2206-34.2014.4.01.3200 e nº 2601-26.2014.4.01.3200, na Justiça Federal do Amazonas.

Como efeito natural desses acontecimentos, os índios se viram impedidos de circular livremente. Ficaram então, reclusos nas aldeias, com sua liberdade comprometida, o que prejudicou a rotina e o cotidiano das comunidades.

Também o acesso a serviços públicos básicos, como educação e saúde, ficou impossibilitado. Às vésperas da volta às aulas, os indígenas estavam impedidos de frequentar as escolas e universidades. Era preciso, portanto, buscar alternativas para que o acesso a esses serviços fosse restabelecido.

Na educação, ações articuladas junto às universidades e a SEDUC, por meio do Ministério Público Federal, e com o apoio da Unicef, permitiram que algumas situações fossem atendidas por meio de alternativas para que os indígenas não perdessem fossem prejudicados.

Na saúde, soluções de urgência tiveram que ser improvisadas, uma vez que diversos indígenas fugiram para as matas, vindo a adoecer em razão da fuga, ou devido à interrupção de tratamentos já em andamento. Finalmente, as equipes de saúde indígenas passaram a ir às aldeias, como determina a Lei do SUS.

Hoje, “apaziguado” o conflito, falta, porém, criar condições de segurança nas terras indígenas Tenharim Marmelos e Jiahui, uma vez que o fluxo na Transamazônica expõe as aldeias, sem qualquer estratégia de proteção.” ISABELA SALES – PPGDA/UEA

## Os dilemas do desmatamento

O aumento de desmatamento e de garimpos ilegais no sul do Amazonas revela a fragilidade da fiscalização de áreas preservadas. Tem-se como exemplo os constantes conflitos no sul do Amazonas, que configuram ataques às terras indígenas promovidas por grupos empresariais que almejam explorar madeiras, ampliar terras para expansão da pecuária, para a extração mineral provocando confrontos inevitáveis entre indígenas e não indígenas.

O roubo ilegal de madeiras nobres e de essências naturais continua impune. Um dos maiores entraves nessa região é a fragilidade da fiscalização que deveria ser feita pelos governos e suas instituições.

Recentemente, nem mesmo as terras indígenas escapam da ação dos criminosos e predadores de florestas no teatro de operações comandadas por madeireiros, fazendeiros e grileiros que estão em atividades desde o século passado.

## Mineração em Terras Indígenas: desafios e ameaças

A especulação em torno da exploração mineral em áreas preservadas tem atingido duramente as terras indígenas na Amazônia. Em fevereiro deste ano de 2014, a parlamentar Janete Capiberibe (PSB/AP), denunciou publicamente a entrada de cerca de 15 balsas em áreas próximas aos rios: Tapauá e Cuniuá. Tais áreas correspondem a sete terras indígenas denominadas: Paumari do Manissuã, Paumari do Lago Paricá, Paumari do Lago Cuniuá, Bana-wa, Suruwaha, Hi-Merimã e dos Deni.

Os Tenharim também vem sofrendo ameaças de pessoas interessadas em invadir as suas terras para extração ilegal de ouro e diamante, fato que tem aumentado as tensões no sul do Amazonas.

## A questão da demarcação das terras indígenas

“No governo atual, não conseguimos demarcar nenhuma terra, para você ver que quem realmente controla hoje são os ruralistas e além disso, tem todos os outros empreendimentos do governo federal, como as hidrelétricas e as estradas que são as principais situações que estamos enfrentando hoje. Mas a gente não desiste e todos os anos fazemos mobilização nacional através dos nossos movimentos, e são poucos os deputados e senadores que reconhecem os direitos dos povos indígenas e isso dificulta muito levantar e defender nossa bandeira de luta. Mas estamos lutando para demarcar as terras dos parentes que ainda não estão demarcadas e com isso ainda temos muitos conflitos como exemplos de indígenas matando não-indígenas, não-indígenas matando indígenas, tudo por conflitos de terras e madeiras.”  
LIDERANÇA TENHARIM, HUMAITÁ-AM, 2014

## A rodovia Transamazônica e os danos permanentes aos Tenharim e aos Jiahui

“O lema da construção da rodovia Transamazônica, prevista no Decreto nº 1.106/70, era o de levar “os homens sem terra para uma terra sem homens”, promovendo a integração nacional e a ocupação da região norte do país, notadamente da Amazônia. Na placa, em Altamira, a mensagem: “Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o senhor Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde”.

**Indígenas Tenharim participando da reunião com a Comissão de Direitos Humanos, na aldeia Kampinho'hu na BR 230 Transamazônica na Terra Indígena Tenharim, 2014 e indígenas reunidos em Humaitá/AM, 2013**



FOTO: LUCAS MACIEL E TANAN MACIEL



FOTO: RENATA NOBREGATANAN MACIEL

## A “GUERRA DE HUMAITÁ” E A VIOLÊNCIA CONTRA OS INDÍGENAS

VEJAMOS O QUE PENSAM OS TENHARIM...

“Eu penso que como já coloquei, não vou julgar toda a população de Humaitá pelos escândalos ocorridos, pois conheço Humaitá, tenho muitos amigos universitários, pois hoje temos UEA, UFAM, temos IFAM, então não tem como eu julgar todo a cidade de Humaitá, até porque a maioria das pessoas que vieram cometer esses atos não eram de Humaitá e vieram cometer os atos aqui, e quem acabou ficando com a imagem ruim foi Humaitá né. Então esse é meu pensamento. Foi um pequeno grupo e sempre eu e as demais lideranças que entendemos um pouco mais, não somos contra a justiça, só queremos que a justiça seja conduzida de forma responsável.” I. TENHARIM, 2014

### Reunião de indígenas Tenharim, 2014



FOTO: LUCAS MACIEL E  
TANAN MACIELMACIEL

### Rodovia Transamazônica entre Humaitá e Apuí. Fonte: Acervo de Acrítica, consulta realizada em 25/09/2014. [http://acritica.uol.com.br/manuel/Manaus-Amazonas-Amazonia-interior\\_do\\_amazonas-Estradas-Rodovias-Dnit-Apui-Humaita-Chuvas-Deslizamentos-Inter](http://acritica.uol.com.br/manuel/Manaus-Amazonas-Amazonia-interior_do_amazonas-Estradas-Rodovias-Dnit-Apui-Humaita-Chuvas-Deslizamentos-Inter)



A rodovia cruzou o território tradicional dos Tenharim e Jiahui, tendo causado impactos profundos na vida dos indígenas. Durante a obra, a atuação pacificadora das frentes de atração da FUNAI buscou impedir hostilidades dos indígenas e permitir o avanço de tratores, operários e ações de desmatamento sobre a região.

Em entrevistas e reuniões promovidas pelo Ministério Público Federal em junho de 2013, colheram-se relatos sobre o sentimento dos indígenas em relação àquela construção, especialmente em razão do contato interétnico com os trabalhadores operários, as epidemias trazidas por estes e o deslocamento forçado de roças e cemitérios indígenas, com alterações nos modos de vida dos Tenharim e dos Jiahui.

Em um dos depoimentos contido em relatório pericial produzido pelo MPF, o cacique da aldeia Bela Vista, Manoel Duca, de 52 anos, afirma que os

Tenharim tinham muito medo dos trabalhadores da rodovia: “Só tinham três que representavam o povo, e o resto [estava] escondido no mato”. Afirma que “a empresa pegou a gente para fazer desmatamento”, dizendo “olha aqui o machado, índio: vai abrir a estrada!” Derrubavam as árvores até mesmo dentro d’água, tendo trabalhado um ano de graça “no cabo do machado” até a localidade Matamata, à margem do rio Aripuanã. Os empregados das empreiteiras apenas diziam para os índios nas aldeias: “Sai da frente!” Comiam pouco entre os turnos de trabalho: “Eles mandavam em nós que nem preso; quatorze pessoas. A alimentação cultural, as frutas que tinham na frente [do traçado da estrada], nós perdemos. Ficaram com as redinhas de algodão que fazíamos naquele tempo”.

Foram danos ambientais, socioculturais e morais aos povos da região, os quais podem ser sentidos até hoje, fruto do estabelecimento de um contato interétnico obrigatório, com a destruição de lugares sagrados, a constante presença da sociedade envolvente naquele território e o frequente interesse nas riquezas ali existentes. Tais danos são objeto da Ação Civil Pública nº 0000243-88.2014.4.01.3200, proposta pelo MPF, que tramita perante a 1ª vara federal da seção judiciária do Amazonas.” JÚLIO JOSÉ ARAÚJO – PROCURADOR DA REPÚBLICA

### Indígenas em reunião no município de Humaitá-AM, 2013



FOTO: JORDEANES ARAÚJO

## A criminalização da cobrança de “pedágio”: o momento propício para neutralizar a autonomia dos povos indígenas

“Na verdade esse é um plano muito antigo do agronegócio que já era para ter iniciado desde o início da cobrança de compensação que eles chamam de pedágio e muita gente tinha raiva dos Tenharim por causa disso. O plano era criar conflitos com os indígenas, e com o desaparecimento dos três, foi um oportuno muito grande para os madeireiros e fazendeiros, sendo uma oportunidade muito grande para que estes fizessem isto, pois como já falei este é um plano muito antigo de fazerem estourar um grande conflito entre os povos e quando os três desapareceram eles aproveitaram-se da oportunidade e geraram todos esses conflitos com a população indígenas Tenharim.” DEPOIMENTO INDÍGENA TENHARIM, 2014



FOTO: JORDEANES ARAÚJO

Reunião dos povos indígenas em Humaitá, 2013

## Como os indígenas pensam os efeitos socioambientais sobre suas vidas

“Olha, temos sentido vários impactos, os primeiro são os impactos ambientais, sociais, culturais, sendo posteriormente os impactos de migração vindas de outras partes do país para essa região que acelerou o processo de devastação e exploração de madeiras de forma ilegal, e com isso cresceu a população dessa região. Santo Antônio do Matupi, a uns vinte anos atrás lembro que jogava bola lá, e tinham poucas casa e hoje você ver em Santo Antônio do Matupi grandes supermercados, caixa de banco e a fonte econômica lá é a exploração ilegal de madeira e a pecuária. Quando explodiu o agronegócio na região e os ruralistas passaram a ter o poder nas mão, facilitou-se a eles, forçarem a criação dos assentamentos, pois de todas as serrarias de Santo Antônio do Matupi, apenas umas quarentas e poucas são legalizadas sendo que todas as outras são ilegais. Com isso nós recebemos muita pressão por parte dos madeireiros roubando madeiras das terras indígenas, pois os recursos madeireiros da região que antes eles exploravam já não existem e suas fontes econômicas é a madeira”. DEPOIMENTO INDÍGENA TENHARIM, 2014

## A visão sobre o conflito: pressão por todos os lados e a falta de segurança

“Na verdade a gente vem tentando abrir os olhos da Polícia Federal e das pessoas responsáveis, pois hoje em dia estão sendo investigados. Mas os pontos principais estão sendo deixados de lado. Hoje somos circulado por todos os lados como exemplo, estamos entre, Humaitá, Apuí, Santo Antônio do Matupi, Manicoré e Machadinho do Oeste – RO. O que vemos e acompanhamos é que há assalto quase todas as semanas na transamazônica e na estrada que vem de Machadinho do Oeste donde é o maior fluxo de tráfico de drogas e de armas ilegal que vem e se concentra em Santo Antônio do Matupi. Aí eu te pergunto, será que estão fazendo um trabalho de investigação nesta área que citei? Pois é, hoje estão concentrado em investigar a população indígena, deixando de lado tudo isso que te falei. E é por isso que falei que somos atacados de todos os lados e que o governo nunca chegou a resolver esse problema, pois aqui é um acesso que facilita todos os males. Hoje nessa

Ivanildo Tenharin durante reunião em Humaitá - AM



FOTO: JORDEANES ARAÚJO

FOTO: JORDEANES ARAÚJO



**Representantes indígenas do Amazonas e Rondônia reunidos em Humaitá-AM**

que não somos o que eles pensam. Então a gente estar aí mostrando nossa cara e agora vemos que já estar se normalizando, pois podemos ver que realmente não foi a população de Humaitá, e isso ajuda a termos a paz dentro do nosso município porque a maior parte de Humaitá são pessoas de bens que não pensa isso. Apesar de ser um grupo de madeireiros e fazendeiros que chegaram a mobilizaram tudo isto, são somente um pequeno grupo, que foram cansando e sendo derrotados e assim todos estão se sensibilizando, tanto aqui quanto nos demais lugares que apesar de sermos de culturas diferentes, mais que fazemos parte do mesmo município, do mesmo estado, do mesmo país e que não precisa ter briga. Que mesmo que existam, nossas formas de guerrear não é mais com espingardas e flechas. É dentro dos direitos e dos diálogos. Assim temos certeza que iremos romper essas barreiras, mostrando nossa inteligência e que não devemos continuar assim... que não somos diferentes...pois da mesma forma que o sangue corre nas veias dos não-indígenas corre nas dos indígenas e assim precisamos nos manter unidos.” DEPOIMENTO INDÍGENA TENHARIM, 2014

### Assembléia fortalece povo tenharim

“Em Assembléia Kawahib, o Povo Tenharim se reuniu na aldeia Bela Vista de 13 a 15 de junho, com mais de 300 indígenas e convidados como Antenor Karitiana e Henrique Yabadaí Surui do Movimento Indígena de RO, CIMI, IIEB, IMV, SESAI e da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas.

A assembléia teve por objetivo energizar o povo Tenharim na condução da vida diante de desafios como: sustentabilidade pós-pedágio (compensação), organização interna e ameaça da barragem de Tabajara. Porém, a situação da prisão dos cinco Tenharim: Gilson, Gilvan, Domiceno, Simeão e Valdiná, ocupou a pauta e gerou muita consternação, principalmente entre os mais idosos. Depoimentos informaram que jovens vigiam diariamente os

idosos, porque falam em se matar para não sofrer mais com a prisão de seus parentes.

Foi eleita uma nova diretoria para a APITEN – Associação do Povo Indígena Tenharim, sendo o coordenador geral Antônio Anésio Tenharim.

Vida longa ao Povo Tenharim e aos demais povos da região!”

IREMAR ANTONIO FERREIRA – HISTORIADOR E MEMBRO DO INSTITUTO MADEIRA VIVO

**Povos indígenas do Sul do Amazonas Humaitá- AM**



FOTO: JORDEANES ARAÚJO

## O povo Mura e os conflitos que envolvem os povos indígenas no Sul do Amazonas

### Luta pela demarcação da terra indígena Mura do Rio Itaparanã – Sul do Amazonas

“Os Mura do rio Itaparanã (sul do Amazonas) que se encontram num processo de reivindicação de demarcação de sua terra também estão se sentindo ameaçados com os ataques não indígenas contra os Tenharim, pois todo o processo de fortalecimento político foi interrompido. Algumas famílias Mura vivem na cidade porque não se sentem seguros em permanecer em sua comunidade, pois sofrem pressão de invasão de sua terra por parte de não indígenas que estão desmatando ilegalmente, fazendo caça e pesca predatória e abrindo estradas vicinais clandestinas dentro da terra Mura, reivindicada para demarcação, além disso, os não indígenas que vivem no entorno coíbem os Mura de reivindicarem a demarcação de sua terra. A comunidade Mura do Rio Itaparanã encontra-se atualmente na BR 230, KM 90 – sentido Humaitá – Lábrea/ Canutama, Sul do Amazonas. O núcleo familiar Mura que vive na comunidade do Itaparanã passou por um longo processo de deslocamentos e integração na sociedade Nacional e após três gerações iniciaram um movimento de retomada cultural e identitária e passaram a lutar pelo reconhecimento e demarcação de suas terras como território indígena.” MÁRCIA NUNES MACIEL (MURA), DOUTORANDO PPGHS/ USP, NEHO/USP. INTEGRANTE DO INSTITUTO MADEIRA VIVO



FOTO: MÁRCIA MURA

Cacique Nelson Mura, no “Encontro do movimento indígena Morogita/ Kagwhiva do Brasil”, Humaitá-AM, outubro, 2013

### Os Mura e a incansável luta pelos direitos

“Nós Mura na realidade começamos a procurar saber como fazer para nos declaramos indígenas recentemente. Aceitamos a identificação Mura só há uns dez anos atrás... Nós Mura, segundo conta o meu pai, que meu avô contava pra ele e meu bisavô contava para meu avô, somos originários daqui do Madeira mesmo, do rio Juarí e da região de Manicoré... Mas, com a invasão dos espanhóis no sul do Amazonas houve a quase dizimação do povo Mura que morava na Bacia do alto-Madeira e aí meu bisavô migrou! Migrou para o rio Solimões que é hoje onde tem uma concentração grande de Mura ainda e de lá pro rio Purus entrando para o rio Itaparanã que hoje é a onde a gente mora. Essa é a atual localização do povo Mura dessa região aqui. Têm outros parentes nossos também que moram no rio Juarí, região de Manicoré”. JOABI MURA, 35 ANOS, HUMAITÁ, 2012

### Narrativa de experiência de vida o indígena situa o processo de tomada de consciência Mura

“Vivíamos como extrativistas e nem lembro bem como começaram a querer a descobrir de qual etnia nós éramos. Eu não lembro direito essa parte. Sei que o papai sempre falou que nós éramos Mura, lembro que a gente teve contato com a FUNAI. Ela esteve lá com a gente, conversou, esclareceu, se não me falhe a memória, ainda não perguntei para o meu pai sobre isso, mas quando ele falou que nos éramos indígenas mesmo, ele já se declarou Mura, mas, se eu não me engano, a confirmação foi com os parentes nossos que tinha lá pro Juarí, porque meu avô era de lá do Juarí... Aí o pessoal encontrou uns parentes pra lá, acho que foi até o pessoal da FUNAI mesmo que encontrou... Aí só confirmou que o Juarí era o lugar de origem dos Mura. Meu pai sempre contava as historias de lá, e aí foi que ajudou na identificação, mesmo porque eu mesmo não tinha ideia”. JOABI MURA, 35 ANOS, 2012

## O cacique Nelson Mura apresenta com força política e cultural a importância de demarcar a terra Mura no Rio Itaparanã

“Nós precisamos da demarcação da nossa terra, incluindo os lugares de nossa ocupação no rio Itaparanã. Tem que ser a terra grande... Porque, terra pequena fica só com o lote e pronto... Mas e ai cadê os animais... Porque eu também luto a favor dos animais... Nós precisamos do nosso alimento... Se tirar a mata acaba com eles... Era isso que eu queria acrescentar no que eu já tinha falado. Se tirar a mata acaba com os animais... Nós precisamos deles, porque é uma parte dos nossos alimentos... Se não tiver mata grande pra eles viverem e se reproduzirem o que nós vamos poder comer? Carne de dez quinze reais o quilo? Vendido na cidade?” [...] (Nelson Mura 61 anos, Humaitá-AM, 2013)

O senhor Nelson é um sábio que carrega em sua memória os fragmentos do que chegou até ele sobre as tradições culturais repassadas por seu pai. Ele sonha antes de morrer ver a terra de sua comunidade demarcada. A comunidade está à espera do atendimento da solicitação feita aos órgãos competentes para a o início dos estudos para reconhecimento do território indígena na área que ocupam tradicionalmente. Enquanto isso, reúnem forças para manterem-se na comunidade, apesar de todas as pressões de invasão de sua terra.

Com a eclosão de ações anti-indígenas nos sul do Amazonas contra os Tenharim o clima de hostilização fez com que as famílias Mura que se encontram em Humaitá se sentissem ameaçadas. Esse clima de insegurança interfere na organização política da comunidade na luta por seus direitos, até mesmo porque a infraestrutura material da FUNAI dificultou ainda mais o andamento das articulações políticas e culturais que os Mura do rio Itaparanã estavam iniciando com as outras comunidades Mura espalhadas pela Amazônia.

### Ressuscitando projetos derrotados: a Usina Tabajara

“Como se não bastassem os problemas enfrentados pelos indígenas no Sul do Amazonas e do Estado de Rondônia, com todas as perseguições sofridas pela manutenção do território, antigos projetos hidrelétricos voltam a rondar as suas vidas.

“Pura loucura”.

Assim foram descritos os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia, pelo representante dos Estados Unidos no Banco Mundial, em 1986. O arranjo original proposto pela ELETRONORTE previa dois eixos de barramento: Ji-Paraná (JP-14, na cota 137 m, com potência de 520 MW e reservatório de 957 km) e Tabajara (JP-04, cota 94 m, 765 MW, 670 km). Juntos, formariam um dos maiores espelhos d'água do país e inundariam terras indígenas, áreas urbanas, assentamentos rurais e unidades de conservação. Naquela época, uma intensa mobilização popular envolvendo povos indígenas, movimentos sociais, sindicatos urbanos e rurais e igrejas conseguiu fazer chegar aos ouvidos dos prováveis financiadores, os potenciais prejuízos de barrar o rio Machado. Ao lado da participação ativa dos Arara e dos Gavião, cujo território seria afogado, a luta contra as barragens do rio Machado colaborou para o fortalecimento inicial do Movimento de Atingidos por Barragem de Rondônia, forjado em conjunto com a luta dos atingidos pela Usina Samuel.

As dificuldades financeiras e políticas acarretaram na suspensão dos projetos hidrelétricos no rio Machado no início da década de 1990. Em 2005, a ofensiva barrageira foi retomada e novos estudos foram realizados, aprovados em 2007 pela ANEEL. Dessa vez,



FOTO: MÁRCIA MURA



FOTO: IREMAR ANTÔNIO FERREIRA

**Rio Capanã, proporcionado pelo encontro do movimento indígena (Morogita/Kagwahiva) do Brasil, Humaitá, outubro de 2013 e reunião de articulação entre os Mura do rio Itaparanã**

abandonou-se o eixo Ji-Paraná, situado em uma área intensamente povoada, e investiu-se apenas em Tabajara, sob um novo arranjo: 350 MW e 128 km de reservatório (recentemente redefinido em 105,3 km). Os estudos de inventário apontam para a margem de erro de 20% no cálculo da área inundada.

A aprovação dos novos estudos de inventário se deu praticamente junto com a criação do Parque Nacional Campos Amazônicos, cujos limites coincidiam com parte do reservatório da usina Tabajara, o que paralisou o processo de licenciamento ambiental. Os técnicos do ICMBio manifestaram-se contrários ao empreendimento, pois implicaria na inundação de áreas consideradas relevantes do ponto de vista da preservação ambiental. O impasse foi resolvido por meio da Medida Provisória 558, de 2012, transformada em lei federal, e que redefiniu os limites do parque, liberando a área do reservatório. O MPF e o MPE em Rondônia, em atuação conjunta, entraram com uma ADI, alegando a inconstitucionalidade da medida, mas não lograram êxito.

O atual projeto da Usina Tabajara está sob responsabilidade da ELETRONORTE, FURNAS, Queiroz Galvão e incluiu, posteriormente, a ENDESA. Atualmente, encontra-se em fase de realização dos estudos ambientais, realizados pela empresa JGP Consultoria e Participação. Em setembro de 2014, foi divulgado o “Cadastramento Socioeconômico da População”, tal como estipulado no Decreto Federal nº 7.342/2010 e na Portaria Interministerial nº 340/2011. Na lista, constam 367 nomes e ainda não se sabe se incluiu moradores de comunidades situadas à jusante do local de barramento do rio, como Calama e Demarcação. Dentre as áreas atingidas, destaca-se o povoado centenário de Tabajara, na rota da linha telegráfica de Rondon e importante entreposto comercial no tempo dos seringais, e que agora, terá parte de seus moradores deslocados.

No que se refere ao “componente indígena”, aplicou-se a Portaria Interministerial 419/2011, que restringe em 40 km o limite máximo de distância em relação ao empreendimento proposto para que se considere uma terra indígena potencialmente atingida e portanto, seja alvo dos estudos. O novo arranjo do projeto da Usina Tabajara livrou a TI Igarapé Lourdes, ocupada pelos Arara e dos Gavião, dos prejuízos previstos nos anos 80, embora o Termo de Referência alerte para a possível extensão dos impactos sobre a ictiofauna ao longo rio Machado. Neste cálculo, somente foi considerada como “atingida” a TI Tenharim Marmelos, pois o reservatório de Tabajara ficaria a cerca de 750 metros dos seus limites. Embora a previsão fosse de que os estudos fossem finalizados em 2013, até agosto de 2014, os Tenharim sequer haviam sido consultados a respeito da equipe que conduziria a pesquisa e estavam reticentes quanto à autorizá-los a entrar em seu território. Em uma assembléia realizada em outubro de 2013, a Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira exigiram a inclusão de outras terras indígenas nos estudos, a fim de que contemplasse, de fato, a extensão dos possíveis prejuízos de barrar o rio Machado, incluindo os já conhecidos efeitos danosos sobre os índios isolados que circulam na região. Os próprios empreendedores reconhecem o risco de extinção dos isolados Kawahiva e dos isolados do Madeirinha.” RENATA DA SILVA NOBREGA – DOUTORANDA EM SOCIOLOGIA UNICAMP



**Fechamento da Ponte sobre o Rio Machado em protesto contra as barragens, em 14 de março de 1993, em Ji-Paraná**

**FONTE: Pastoral Indigenista - Ji-Paraná**

## **Carta Final do Encontro de Lideranças do Movimento Indígena Morogita-Kawahiva do Sul do Amazonas e Rondônia, realizado em 21 a 23 de outubro de 2013, em Humaitá**

“Diante da enganação e da violação dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais da bacia do rio Madeira, no rio Xingu, no rio Tapajós e no rio Teles Pires, onde estão construindo hidrelétricas para viabilizar hidrovias, para os quais exigimos respeito. Reafirmamos que somos contra a construção de barragem no rio Machado (UHE Tabajara), no rio Madeira (UHE Ribeirão), no rio Tapajós, no rio Juruena e no rio Teles Pires, que, se forem aprovadas, atingirão muitas terras indígenas. Não vamos aceitar as compensações para nos destruir, porque água para nos e fonte de vida, e não de morte. Onde não for possível evitar, exigimos o pagamento de royalties por toda vida útil do empreendimento. Exigimos incluir as terras indígenas Igarapé Lourdes, Pirahã, Jiahui, 9 de Janeiro, Ipixana, Torá, Mura, Munduruku, Baixo Marmelo e todas as terras Tenharim e de índios isolados como áreas que serão afetadas pela construção da hidrelétrica Tabajara.”

## Carta de Repúdio

“Com toda análise dessa discussão sobre o diagnóstico de todos os problemas causados pela construção da Usina Tabajara, em Machadinho D’Oeste, Rondônia, com esse fato ocorrido novamente pelo projeto do empreendimento do Governo Federal, se repetirão com a Integração Nacional – Transamazônica BR 230 do ano de 1970, que cortou aldeias e sepulturas dos ancestrais Tenharim e Jiahui, mais uma vez ira acontecer novamente a violação dos direitos dos povos indígenas Tenharim e Jiahui. Conforme a decisão das lideranças e comunidade Tenharim e Jiahui, de acordo com reunião sede Brasília-FUNAI, reivindicamos a inclusão das terras indígenas dos povos Pirahã, Parintintin, Torã, Jiahui e a terra indígena Igarapé Lourdes-RO de fazer parte do estudo de impacto ambiental, social e cultural dessa violação do direito indígena na terra. E não tem negociação com a construção da UHE Tabajara – Machadinho D’Oeste – RO ate o momento de reconhecimento dos nossos direitos indígenas para ser cumprido dentro da Constituição Federal de 1988, no artigo 231, lei 6001 e 169 OIT que está vigente e contraria esse projeto do Governo Federal. Por isso que REPUDIAMOS A CONSTRUÇÃO DA UHE TABAJARA – MACHADINHO D’OESTE – RO.” ALDEIA MARMELO, 16 DE OUTUBRO DE 2013

## Mineradoras e desmatamento

“Atualmente, os Tenharim já experimentam a intervenção de grandes empreendimentos em suas terras: a Mineradora Taboca atua na T.I. Tenharim-Marmelos e a BR-230 corta a T.I. Igarapé Preto. Há tempos, pleiteiam justa indenização pela construção da BR dentro de seu território, denunciando mortes e trabalho forçado durante as obras, durante a ditadura. No sul do Amazonas, a atuação das madeireiras e a crescente pecuarização tem acentuado os conflitos entre índios e não índios.

Diante do histórico de derrota política e a da inevitável associação com seu potencial destrutivo, os proponentes de Tabajara têm investido em estratégias de comunicação e marketing, a cargo da empresa Polar Inteligência em Meio Ambiente. Em 2013, o chamado “Grupo de Estudos Tabajara” criou em 2013 uma “Central de Monitoramento e Informação”, que pretende “facilitar a comunicação com a comunidade”, incentivando os moradores a colaborarem com as equipes responsáveis pelos estudos, mascarando o potencial destruidor do empreendimento proposto. Neste contexto, urge garantir aos ameaçados seus plenos direitos, assegurando a consulta previa, livre e informada aos povos indígenas potencialmente afetados.

## A barragem da soja!

No cenário atual, a construção do AHE Tabajara insere-se em um conjunto de outras iniciativas que visam transformar a região da tríplice fronteira entre Rondônia, Mato Grosso e Amazonas em um dinâmico polo econômico, favorecido pela ferrovia da Integração Centro-Oeste, que alcançará Vilhena. Dentre as propostas aventadas, estão à construção de um porto graneleiro no rio Machado e o asfaltamento da BR 080, que faria conexão entre Brasília e Guajará Mirim, na fronteira com a Bolívia. Além disso, há a proposta

Reunião de lideranças indígenas para discutir o direito dos povos, Humaitá - AM, 2014



de construção de duas PCHs no Rio Machado, (Machadinho e Jaburu), que, aliadas ao barramento do Rio Machado, traz preocupações quando à contaminação das águas e do solo pelo uso intensivo de agrotóxicos nas culturas de arroz e soja em expansão naquela região. Renata da Silva Nobrega – Doutoranda em Sociologia UNICAMP

## **Aldeia Marmelo, 15 de setembro de 2011**

Nós povos indígenas Tenharin, da T. Indígena Tenharin/Marmelos no município de Humaitá e Manicoré – BR 230 – Transamazônica no Sul do Amazonas e representantes dos povos Arara e Gavião da T. Indígena Igarapé Lourdes de Rondônia, no município de Ji-Paraná, reunidos nos dias 15 a 16 de setembro na aldeia Marmelo, vimos por meio desta expressar nosso repúdio contra a construção da UHE Tabajara, no rio Machado, no município de Machadinho/RO, incluída no PAC II com previsão de início para 2012.

Somos contra a construção da hidrelétrica do Tabajara porque vai inundar parte da terra indígena Tenharim do Marmelo, causará a destruição da floresta e de produtos extrativistas: castanha, açaí, seringa, patuá entre outros que são de uso sustentável para os povos tradicionais, causará também o apodrecimento das florestas inundadas que trará muitas doenças, haverá interferência no fluxo natural do rio machado, diminuirá a caça e a pesca alimentos de primeira necessidade dos povos indígenas e favorecerá a entrada de bebidas alcoólicas nas aldeias. Tudo isso trará também prejuízos Culturais para o nosso povo.

Além disso, a construção desta hidrelétrica trará aumento das invasões das terras indígenas e conflitos de indígenas com madeireiros, a exemplo do que já acontece no distrito do Santo Antonio do Matupi, conhecido como 180, no município de Manicoré, onde mais de 20 serrarias ilegais estão explorando madeira dentro da Terra Indígena Tenharim da Gleba B. Essa invasão foi incentivada pelo próprio governo federal ao criar um assentamento na divisa desta terra indígena. Hoje além dos madeireiros existem vários pecuaristas nesta região, com muitos conflitos agrários. Os órgãos ambientais e indigenista do governo, como IBAMA, ICMBio e FUNAI sabem dessas situações e não tomam medidas suficientes para barrar essas invasões. Nós já estamos sofrendo com essas invasões e os órgãos governamentais não estão dando conta de resolver esses problemas. Perguntamos: Como vai ser com a construção do Tabajara?

Nós também já somos vítimas das construções da UHE de Santo Antonio e Jirau que já está secando o nosso principal rio, Marmelos, que é nossa mãe e que dá sustento ao nosso povo. Agora vem a construção do UHE Tabajara que vai ocorrer na cabeceira do rio Marmelo, ocasionando o seu alagamento sem limites.

A Terra Indígena Igarapé Lourdes – Arara e Gavião, conforme o “inventário” feito pela Eletronorte e outras empresas não vai ser alagada pelo barramento da UHE Tabajara, mas o rio Machado não será como antes, razão suficiente para dizer NÃO à construção dessa Barragem. Além disso, o prejuízo de uma hidrelétrica não se dá apenas pelo alagamento, mas trás outras conseqüências que acabam atingindo todas as populações que vivem ao seu redor, especialmente, populações tradicionais que vivem do extrativismo, da caça e da pesca.

Outra grande preocupação é em relação aos povos indígenas isolados que vivem entre as cabeceiras do rio Marmelos e do rio Preto. Possivelmente eles serão os mais atingidos por essa hidrelétrica. A FUNAI já tem conhecimento e já está fazendo os trabalhos preliminares de identificação desse povo.

Esses conflitos e as agressões aos nossos direitos vão aumentar com a edição da Medida Provisória 542, de 12 de agosto de 2011, feita pela presidente Dilma Rousseff, que em síntese, entre outros, alterou os limites territoriais do Parque Nacional Campos Amazônicos para excluir áreas invadidas por pecuarista, grileiros e colonos para fins de regularização fundiária; para autorizar atividades minerárias nas zonas de amortecimentos do parque e para excluir do parque áreas a serem alagadas pelo lago artificial a ser formado pela UHE Tabajara e ainda autorizou a realização de viabilidade dessa usina.

Ao analisar essa Medida Provisória constatamos que o próprio governo não respeita as leis que ele mesmo faz. Conforme o Ministério Público Federal em ação civil pública essa Medida Provisória é inconstitucional, porque alterou limites de Parques Nacionais, autorizou atividades minerárias em seus entornos, afrontando não somente o artigo 225, parágrafo 1º, inciso 2 da CF como também o artigo 22, parágrafo 7º da Lei 9985/2000 que prevê a necessidade de lei específica para alteração e supressão de unidade de conservação e proíbe qualquer utilização contrária a sua finalidade primordial.

Nós Tenharim e Jiahui somos vítimas permanentes da construção da Rodovia 230 – Transamazônica que passou dentro das aldeias da T. Indígena Tenharim Marmelos e Jihui e ainda sofremos pelos impactos permanentes dessa rodovia e agora novamente vem o governo federal, de forma autoritária e sem nos consultar, querendo construir mais uma grande obra que nos afetará de forma significativa.

Por tudo isso, o nosso posicionamento definitivo é pela NÃO CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA TABAJARA.

## Povos indígenas de Rondonia e a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)

“A região da sub-bacia do rio Branco desde 1993 recebe uma série de empreendimentos hidrelétricos no modelo de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), essa região já recebeu ao total oito PCHs, de modo que os impactos de tantas interferências na vazão dos rios podem ser notados em diversas regiões à jusante dessas barragens, em especial, na Terra Indígena Rio Branco, que foi homologada no ano de 1986 com 236 mil hectares e habitada pelas etnias Arikapú, Aikanã, Aruá, Djeoromitxí, Makurap, Tupari e Kanoê.

Três empresas são responsáveis pela construção e operação desses empreendimentos hidroelétricos. Das oito PCHs já existentes o grupo Cassol Energia destaca-se com PCHs, a empresa Eletron e a Hidroluz administram uma PCH cada. Em 1999 deu-se início a um processo junto ao Ministério Público Federal para apurar a relação entre mudanças ambientais na T.I. Rio Branco e a construção das centrais hidrelétricas. O processo continua aberto e não concluído, apesar dos inúmeros pareceres de órgãos socioambientais, que indicam impactos sobre as populações indígenas na região.” VINICIUS FURLAN – PPGAS/UFSCAR

## O que pensam os indígenas sobre a construção de PCHs?

“Quando foi construída a primeira barragem na cabeceira do rio Branco, nós nunca fomos informados. Isso foi uma surpresa grande, pois só ficamos sabendo da existência da barragem assim que ela começou a nos prejudicar. Sempre nós víamos coisas diferentes acontecendo, às vezes o rio secava e às vezes enchentes, tudo acontecia muito rápido e às vezes a água vinha toda suja, mas nunca imaginávamos que havia PCH no rio Branco. Na época da enchente, a barragem enchia o rio, mas era temporário. Na época em que liberavam a água do reservatório e a enchente vinha alagando tudo, as praias e os peixes que deveriam estar no período de reprodução e, logo em seguida o rio voltava a secar matando os peixes que iam se reproduzir. Os ovos de tracajá também apodreciam, pois eles molhavam e depois vinha o sol, quando o rio secava. Depois nós fomos percebendo outra situação, agora esse ano o rio não secou muito, mas agora já não há mais areia na praia, pois a força das águas no período de cheia acabou com as praias e já não há areia para os tracajás botarem seus ovos e esse é uma nova diferença que temos percebido agora.” ISAIAS TUPARI, JI-PARANÁ, 2014

## A denúncia de riscos vividos diariamente pelos indígenas desde a construção das PCHs

Reunião do Movimento Indígena em Humaitá, 2011



FOTO: LEDIANE FELSKE

“O Jacaré como nós sabemos, é um animal que é fácil de se adaptar, eles estão aumentando em quantidade, você vê jacaré que dá até medo de andar, é muito jacaré! A PCH fez com que aumentasse a população de jacarés e enquanto os tracajás diminuíram.”

“Como a gente sabe que a água é suja, ninguém usa mais. Muito difícil de alguém tomar banho nessas águas, como fazíamos antes que tomávamos banho e bebíamos essa água. Hoje nós evitamos consumir essa água. Às vezes as crianças quando tomam banho no rio, dá problemas na pele, como coceiras.” ISAIAS TUPARI, JI-PARANÁ, 2014

## Houve “compensação” com a construção das PCHs??

“Olha, isso até hoje nós não conseguimos. Estamos tentando negociar junto com o Ministério Público, a FUNAI, mas não chegamos a nenhuma conclusão sobre compensação desse prejuízo. Queríamos muito isso, mas é claro que o dinheiro não paga tudo, não vai pagar. Mas é uma ajuda, pra comprar medicamentos, pro transporte com a compra de veículos. Se tivéssemos essa compensação isso minimizaria nosso prejuízo. Enquanto isso, nós estamos sofrendo sem transporte, usamos a carona do pessoal da saúde. Se tivesse um jeito de fazer compensação isso minimizaria nossos prejuízos.” ISAIAS TUPARI, JI-PARANÁ, 2014



Visita de lideranças Arara, Gavião e Zoró ao local de barramento proposto para a Usina Ji-Paraná, em janeiro de 1988

## Ferrovia, PCHs e os Nambiquara e Namane

“Eles estavam querendo construir um PCH dentro da reserva indígena Pirineus de Souza com os Nambiquara ali, no rio 12. Esse PCH fizeram o projeto o pessoal dos Donadoni. Fizeram os projetos, o PCH fizeram com índio que não tem nada a ver com a reserva, com índio de outro local. Levaram para aldeia e mostraram lá que iam construir esse PCH dentro disso ali. Ai o que aconteceu foi que nos fizemos um documento dentro da comunidade dizendo que isso não era assim do jeito que eles estavam pensando. Porque se eles querem fazer uma coisa, eles têm que estar primeiro com a comunidade indígena e ver qual o caminho que a comunidade indígena pensa sobre isso ai. Mas eles não fizeram isso, eles fizeram... Nos juntamos Nambiquara e Namane. Nambiquara do cerrado e Nambiquara do vale. Em uma reunião eles iam definir, mas não definiram porque a comunidade indígena não queria. Ai descartaram. Foi em 2012. Aquele lá eles não falaram mais nada. Aquietou aquilo lá. Outro problema que até agora que a gente vem enfrentando na terra indígena é no Parque Aripuanã. Outro pessoal que já esta com mais de 40/50 anos no parque, desde que quando o povo indígena Sabané morava ali depois saiu, eles entraram. Por que aquela área ali ficou sem ninguém. Os cinto larga ficaram muito pra baixo, muito longe. E aquela ponta ali ficou isolada. Depois que os Sabané foram para a terra indígena Pirineus de Souza, aquilo ali ficou um local isolado. Esse local ficou completamente sem nada. Aproveitaram e entraram na reserva, tinham umas fazendas lá. Tinha muita coisa, mas não tem mais porque é terra indígena. Quem abriu lá foi um cara que morreu e o filho dele e a mulher dele dizem que é herança do marido e que vai ser deles. Mas até agora a gente falou com a FUNAI e varias pessoas e não tivemos resposta nenhuma e eles continuam entrando. Sempre vão lá. Não tem mais movimento grande, mas ele vão lá cuidar. Eles constroem ponte e agente vai lá e derruba pra eles não passarem. Mas eles vem e fazem de novo e passam para o local de novo. Esses problemas também estamos enfrentando até hoje.” EDSON SABANÉ, JI-PARANÁ, 2014

Recentemente, o IBAMA emitiu a Licença Previa (nº 493/2014) para a Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO (EF-354), sob a responsabilidade da VALEC. A estrada de ferro compõe trecho do projeto da chamada “Ferrovia Transcontinental”, que visa a interligação com o Oceano Pacífico, facilitando o transporte de grãos e outras mercadorias. Rondônia recebera o trecho Vilhena da Ferrovia, no sul do estado, próximo a fronteira com o Mato Grosso. Apesar dos estudos ambientais não apontarem efeitos sobre as terras indígenas, alegando que as opções que incidiriam diretamente sobre esses territórios tenham sido descartadas, a construção da ferrovia desperta preocupação entre os povos indígenas da região, já ameaçados por PCHs e estradas, conforme apontou em entrevista, Edson Sabané.

“Um dos problemas que estamos enfrentando é com a BR 174, que liga Vilhena à Juína. Essa 174 está cortando dentro do Parque Aripuanã e da terra indígena Enawene, que é do Mato Grosso, localizado ali pertinho. Inclusive agora eles fizeram algo para cobrar pedágio



Aldeia São Luis, 2014

lá dentro dessas terras indígenas. Não sei se ainda estão lá. Só fui uma vez e não sei. Depois disso, não tive contato com eles e não sei como está lá nessa rodovia. E um dos problemas grandes, a previsão está para acontecer em 2018, é o trem que está no projeto que foi apresentado lá em uma reunião que tivemos lá em Comodoro. Lá eles estavam mostrando o plano onde as linhas iam passar e qual a área que iam afetar. Eles iam afetar várias áreas, não só a área indígena, mas também a fazenda dos não indígenas, em que a linha do trem ia passar. Dentro dessas linhas o projeto que estava passando ia atingir várias reservas indígenas Nambiquara. E eles mostraram que a intenção era cortar a linha que o Marechal Rondon vinha fazendo há uns tempos. Esse trem que ia passar era pra ser justamente nas linhas do Marechal Rondon, mas aí eles analisaram os projetos e viram que, se eles cortarem todas as linhas do Marechal Rondon de uma vez até Rondônia, eles iam passar completamente dentro da reserva indígena até atingir algumas casas dos indígenas. [...] Ano passado tivemos 3 reuniões, porque quando eles construíram esses mapas, esses planos não teve ninguém de indígena para falar se isso vai atingir área indígena ou se não vai atingir área indígena. Fizeram eles mesmos por própria conta. Fizeram e apresentaram como ia ser essas linhas. Desde 2010, 2011, 2012, em 3 anos eles apresentaram esse projeto. Depois sim, que eles voltaram e apresentaram o projeto, nos estivemos reunidos, nós, os nambiquara em geral, para definir. Fizemos um documento contra esse plano. Por que fizeram uma coisa e não envolveram a comunidade indígena para saber qual o plano da comunidade indígena. Se a comunidade indígena ia aceitar ou não. Fizeram pela própria conta deles e apresentaram.” EDSON SABANÉ, JI-PARANÁ, 2014

“Nunca o governo chega até as pessoas que são prejudicadas pra saber se aceitam ou não. Isso fica muito claro quando vocês falam que fazem inventário. É inventário mesmo, vocês ficam só inventando as coisas”. HELITON GAVIÃO, 2006



**Ato conjunto entre povos indígenas de Rondônia e Via Campesina. Heliton Gavião reivindica direitos indígenas, 2009 e Aldeia São Luís, 2014**

FOTO: VINICIUS FURLAN

#### PROJETO NOVA CARTOGRAFIA

#### COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Alfredo Wagner Berno de Almeida  
Rosa Elizabeth Acevedo Marim

#### EQUIPE DE PESQUISA

Gláucia Maria Quintino Baraúna  
Davi Avelino Leal  
Jordeanes Araújo do Nascimento – NEABI  
Renata da Silva Nobrega  
Maria de Fátima dos Santos Mendonça – NEABI  
Marlon da Conceição de Figueiredo – NEABI

#### COLABORAÇÃO

Julio Araújo MPF  
Marcia Mura USP  
Iremar Antonio Ferreira IMV  
Vinicius Teixeira Furlan PPGAS/UFSCAR  
Gicele Sucupira Fernandes DEINTER – UNIR  
Isaías Tupari DEINTER – UNIR  
Edson Sabanê DEINTER – UNIR  
Maria Lucia Cereda Gomide DEINTER – UNIR  
Isabela Sales PPGDA/UEA

#### EDIÇÃO

Gláucia Maria Quintino Baraúna

#### FOTOGRAFIAS

Renata Nobrega  
Jordeanes Araújo  
Marcia Mura  
Tanan Maciel  
Lucas Maciel  
Vinicius Furlan  
Lediane Felske

#### DESIGN GRÁFICO

CASA 8 PROJETOS E EDIÇÕES

C122 Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 7 (set. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014

v. : il. ; 30 cm.

Irregular.

Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marim (NAEA/UFPA/PPGCSPA).

ISSN 2359-0300

1. Conflitos sociais – Amazônia – Periódicos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Desmatamento. 4. Territorialidade. 5. Cartografia. 6. Mapeamento social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marim, Rosa Elizabeth Acevedo.

CDU 528.9:316.48(811)(05)

# CADERNO NOVA CARTOGRAFIA 7

AGOSTO 2014

“No governo atual, não conseguimos demarcar nenhuma terra, para você ver que quem realmente controla hoje são os ruralistas e além disso, tem todos os outros empreendimentos do governo federal, como as hidrelétricas e as estradas que são as principais situações que estamos enfrentando hoje. Mas a gente não desiste e todos os anos fazemos mobilização nacional através dos nossos movimentos, e são poucos os deputados e senadores que reconhecem os direitos dos povos indígenas e isso dificulta muito levantar e defender nossa bandeira de luta. Mas estamos lutando para demarcar as terras dos parentes que ainda não estão demarcadas e com isso ainda temos muitos conflitos como exemplos de indígenas matando não-indígenas, não-indígenas matando indígenas, tudo por conflitos de terras e madeiras.”

LIDERANÇA TENHARIM, HUMAITÁ AM, 2014

PROJETO

**Mapeamento  
Social**



ISSN 2359-0300

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



APOIO

